

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 939.901 - SP (2016/0162821-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : PANASONIC DO BRASIL LIMITADA
ADVOGADO : RUI GERALDO CAMARGO VIANA E OUTRO(S) - SP014932
ADVOGADA : FERNANDA BONILHA DAOUD - SP220544
SOC. de ADV. : CAMARGO VIANA, GOMES, DAOUD E ADVOGADOS ASSOCIADOS
AGRAVANTE : VERA APARECIDA MICHELETO MAIA
AGRAVANTE : VERA LUISA MICHELETO MAIA LEONETTI
AGRAVANTE : ANTONIO LEONETTI JUNIOR
AGRAVANTE : RICARDO JOSE MICHELETO MAIA
AGRAVANTE : IVETE RODRIGUES MOTA MICHELETO MAIA
AGRAVANTE : JOSE NICODEMOS MAIA FILHO
AGRAVANTE : SANDRA APARECIDA MARTINS DE SIQUEIRA MAIA
AGRAVANTE : MILENA APARECIDA MICHELETO MAIA RIBEIRO
AGRAVANTE : JOAO BATISTA SOARES RIBEIRO
ADVOGADO : JÚLIO APARECIDO COSTA ROCHA - SP105783
AGRAVADO : Wael Mamoud
ADVOGADOS : MARCOS DE MORAES BOMEDIANO - SP244195
DOMINGOS FIORANTE BOMEDIANO E OUTRO(S) - SP166978
AGRAVADO : OS MESMOS
INTERES. : BASF SA
INTERES. : WIREX CABLE S.A

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto pela **PANASONIC DO BRASIL LIMITADA.**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 308/309, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

PRESCRIÇÃO Ação de indenização por danos morais e materiais Danos contínuos e permanentes Renovação do termo inicial do prazo prescricional Prazo trienal do artigo 206, §3º, inc. I e V, do Código Civil não decorrido Prescrição afastada - Precedentes do TJSP - Matéria de ordem pública que deve ser analisada a qualquer tempo e em qualquer fase do processo (art. 193 do CC e art. 219, § 5º do CPC) Ofensa ao princípio do devido processo legal não caracterizada.

DECADÊNCIA Inaplicabilidade do disposto nos arts. 441 e 445 do CC Prazo prescricional e não decadencial Ação de indenização por danos morais e materiais.

AGRAVO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 312/316, e -STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre agravo de instrumento visando reconhecer a prescrição da pretensão e a decadência do direito. O Tribunal *a quo* negou

provimento ao reclamo.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, alega ofensa aos artigos 189 e 206, §3º, do CC/02 e 535, II, do CPC/73. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional e a prescrição da pretensão da parte recorrida.

Contrarrazões às fls. 400/405, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob o argumento de incidir a súmula 7 do STJ.

Daí o presente agravo (fls. 418/433, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar o óbice aplicado pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 441/446, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 1973 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

Quanto à apontada violação dos artigos 535, do CPC/73, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que a matéria apontada como omitida - fato fato gerador dos danos e ciência da existência do depósito de resíduos sólidos no terreno - foi objeto de debate pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fl. 293, e-STJ):

"Do que se extrai da petição inicial e **dos documentos apresentados pelo agravado, os danos causados pelo depósito de resíduos tóxicos em seu terreno se prolongam no tempo**, tanto que as irregularidades descritas pelo recorrido constam **do Auto de Infração lavrado pela CETESB com imposição de penalidade de advertência, datado de 03/08 2012 (fls. 87/88)**. A corroborar com a continuidade dos danos, relata o agravado que **em 29/01/2013 a CETESB realizou nova vistoria na área afetada concluindo que os trabalhos de remoção dos resíduos sólidos ainda seguiam no terreno, conforme ofício encaminhado ao Ministério Público em 30/04/2013 (fls. 27, penúltimo parágrafo)**. Trata-se, portanto, ao menos em princípio, de dano contínuo e permanente, propiciando o ajuizamento da ação indenizatória enquanto perdurar, afastando-se a prescrição."

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao

artigo 535 do CPC/73 (art. 1.022, CPC/15), **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.

2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pelo Tribunal local, no sentido de que a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático do pedido. Precedentes.

3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica da parte agravante exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1372130/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

3. Quanto ao mérito, melhor sorte não assiste à recorrente. Na hipótese, vale destacar que o acórdão recorrido, após análise do acervo fático-probatório, concluiu que os danos narrados na inicial são de natureza contínua e permanente.

É, aliás, o que se verifica do seguinte excerto do aresto guerreado (fls. 293/294, e-STJ):

"[...] Do que se extrai da petição inicial e dos documentos apresentados pelo agravado, os danos causados pelo depósito de resíduos tóxicos em seu terreno **se prolongam no tempo**, tanto que as irregularidades descritas pelo recorrido constam do Auto de Infração lavrado pela CETESB com imposição de penalidade de advertência, datado de 03/08 2012. A corroborar com a continuidade dos danos, relata o agravado que em 29/01/2013 a CETESB realizou nova vistoria na área afetada concluindo que os trabalhos de remoção dos resíduos sólidos ainda seguiam no terreno, conforme ofício encaminhado ao Ministério Público em 30/04/2013. **Trata-se, portanto, ao menos em princípio, de dano contínuo e permanente, propiciando o ajuizamento da ação indenizatória enquanto perdurar, afastando-se a prescrição.** [...] Também não há que se falar em prescrição dos aluguéis pretendidos pelo agravado a título de indenização, não se aplicando na espécie os incisos I e V do § 3º do artigo 206 do Código Civil. O termo inicial que deve ser considerado para início da contagem da prescrição **é o da ciência da violação do direito, conforme o princípio da actio nata.** No caso em concreto, em se tratando de dano

contínuo e permanente, não se completou o prazo prescricional."

Com efeito, esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que quando os danos forem de natureza sucessiva e gradual, a ação indenizatória poderá ser ajuizada enquanto perdurar o dano.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. PRESCRIÇÃO. PRAZO. DIES A QUO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que, em relação ao marco inicial do prazo prescricional, sendo os danos suscitados de índole sucessiva e gradual, a sua progressão propicia sucessivos sinistros sujeitos à proteção securitária, renovando-se, portanto, o prazo prescricional. Estará firmada a pretensão do beneficiário quando, interpelada a seguradora, esta se negar a indenizar.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 212.203/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 03/02/2014)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. AUSENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE VIZINHANÇA. ABANDONO DE TERRENO CONTÍGUO À RESIDÊNCIA DA AUTORA UTILIZADO POR TRANSEUNTES COMO LOCAL PARA CONSUMO DE DROGAS, DEPÓSITO DE LIXO E COMO "BANHEIRO PÚBLICO". PRETENSÃO COMPENSATÓRIA. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS CONTÍNUOS E PERMANENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação ajuizada em 08/07/2011. Recurso especial concluso ao gabinete em 26/08/2016. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal é definir se está prescrito o direito da recorrida de ajuizar ação buscando a compensação de danos morais eventualmente sofridos, decorrentes de suposta violação ao direito de vizinhança por parte da recorrente.

3. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pela recorrente em suas razões recursais impede o conhecimento do recurso especial.

4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência implica o não conhecimento do recurso quanto ao tema.

5. Os danos experimentados pela recorrida são de natureza contínua e permanente, de forma que a ação reparatória ou compensatória pode ser ajuizada enquanto perdurar o dano.

6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

(REsp 1659500/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA

TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 30/10/2017)

Portanto, estando o acórdão do Tribunal local em consonância com o entendimento desta Corte Superior, aplicável o óbice sumular 83, do STJ.

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

